

200 mil poderão perder seus empregos

Se por um lado a redução dos gastos públicos pode ajudar no saneamento da economia, como prevêem os ministros da área econômica, por outro, o corte de despesas das estatais irá derrubar de vez a já desacreditada política de empregos prometida pelo Governo e aguardada com grande expectativa pelos trabalhadores.

De acordo com um estudo divulgado pela Secretaria de Empregos e Salários do Ministério do Trabalho, o corte dos gastos das estatais irá tirar o emprego de 150 a 200 mil trabalhadores, além de limitar a geração de novos postos de trabalho, com a proibição de novas contratações até 31 de dezembro de 1985.

O impacto da redução dos gastos públicos não atinge só os níveis de emprego das estatais. Indiretamente, a iniciativa privada também será a fetada, já que o Governo é o seu grande consumidor, o que agravará ainda mais o problema do desemprego a médio prazo. Além de proibir contratações para ampliação do quadro funcional nas estatais e preenchimento de cargos que venham a vagar —

exceto nas áreas operacionais — as diretrizes do pacote prevêem a proibição de despesas relativas às prestações de serviços de empreiteiras em montante superior ao realizado no ano anterior, corrigido pelo INPC.

O ideal seria — de acordo com a secretária de Emprego e Salários, Dorotheia Werneck — que os técnicos da Seplan e Ministério da Fazenda tivessem levado em conta a questão do emprego.

Não levaram. O Ministério do Trabalho espera, agora, estudar junto com técnicos dos dois ministérios, a possibilidade de se adotar alternativas para compensar o impacto da redução dos gastos nas estatais, dirigindo os cortes para setores que não afetem muito o nível global de emprego.

Dentro das diretrizes fixadas no pacote econômico de redução dos gastos com investimentos da ordem de Cr\$ 19,3 trilhões, pode ser reavaliada a continuidade dos projetos de construção da Usina Nucelar Iguape I e II, Projeto Alcanorte, Projeto Caraibas Metais, Angra

III, Aço Minas, Ferrovia do Aço, Tucuruí fase II, Usina Termoelétrica de Rondônia e Usinas Hidrelétricas de Manso, Coaraci Nunes, Serra da Mesa, Ilha Grande e Machadinho.

Resta agora ao Ministério do Trabalho a penosa tarefa de justificar aos trabalhadores e à opinião pública a necessidade da adoção, pelo Governo, de medidas como a da redução dos gastos com as estatais, que na verdade irá ter trágicas consequências sobre a geração de empregos. O plano "Prioridades 85", por exemplo, que prevê a criação de empregos nos Estados e municípios, a cargo do Ministério do Trabalho, fica quase totalmente anulado.

O programa dispõe de uma verba de apenas Cr\$ 50 bilhões para 85, o que daria para cobrir os gastos com a criação de cerca de 10 mil empregos em todo País. Entre 10 mil empregos que podem ser criados com estes recursos e a variação da queda de cerca de 200 mil postos de trabalho com os cortes de gastos nas estatais, há uma significativa diferença.